

XIV CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB)

O CAPITALISMO HOJE

I – Introdução: das origens agrárias ao capitalismo industrial

1. Ao contrário do que sempre pregaram os economistas e filósofos liberais, o capitalismo não se caracteriza como um conjunto de práticas e hábitos resultantes de uma determinada “natureza humana”, de uma “inclinação natural” dos homens a comerciar, permutar e trocar. Segundo o modelo liberal e mercantil de explicação do surgimento do capitalismo, este teria nascido e se criado na cidade: qualquer cidade, com suas práticas de intercâmbio e comércio, era, por natureza, capitalista em potencial. Nas sociedades anteriores ao pleno desenvolvimento do capitalismo, obstáculos externos à lógica de funcionamento da economia teriam impedido que qualquer civilização urbana desse origem ao capitalismo. A religião errada, o tipo errado de Estado, grilhões ideológicos, políticos ou culturais teriam servido como obstáculos à afirmação plena da “natureza humana” ao comércio e à troca.

2. Marx rompeu com a tese liberal do surgimento do capitalismo, ao insistir na especificidade do capitalismo e de suas leis de movimento, considerando que os imperativos específicos do capitalismo – sua fúria competitiva de acumulação por meio do aumento da produtividade do trabalho – eram muito diferentes da lógica ancestral da busca do lucro comercial, e não era possível identificar manifestações do capitalismo ao longo de toda a história humana.

3. A diferença básica entre as sociedades pré-capitalistas e capitalistas tem a ver com as relações particulares de propriedade entre produtores e apropriadores, seja na agricultura ou na indústria: nas sociedades anteriores ao capitalismo, os produtores diretos (camponeses) permaneciam de posse dos meios de produção, particularmente a terra, e o trabalho excedente era expropriado através da coerção direta (meios extra-econômicos), exercida por grandes proprietários ou pelos Estados, que empregavam sua força superior – o poder militar, jurídico e político.

4. Somente no capitalismo o modo de apropriação passa a se basear na desapropriação dos produtores diretos legalmente livres, cujo trabalho excedente é apropriado por meios puramente econômicos: desprovidos de propriedade, os produtores diretos são obrigados a vender a força de trabalho para sobreviver, e os capitalistas podem apropriar-se do trabalho excedente dos trabalhadores sem uma coação direta.

5. Capital e trabalho são profundamente dependentes do mercado para obter as condições mais elementares de sua reprodução: os trabalhadores precisam dele para vender a força de trabalho e adquirir os meios de sua subsistência; os capitalistas, para comprar a força de trabalho e os meios de produção, bem como para realizar seus lucros. O mercado passa a ser determinante e regulador principal da reprodução social, penetrando inclusive na produção da necessidade mais básica da vida: o alimento. Criam-se os imperativos da competição, da acumulação e da maximização do lucro.

6. Na verdade, o capitalismo não nasceu na cidade, mas no campo, num lugar específico e numa época definida. As forças competitivas foram fatores fundamentais na expropriação violenta dos produtores diretos (camponeses), conforme descreveu Marx, com riqueza de detalhes, em “A Assim chamada acumulação primitiva” (Livro I, volume 2 de *O Capital*). Os cercamentos das terras comunais e dos campos abertos ingleses representaram, de fato, a extinção, com ou sem a demarcação física das terras, dos costumes em comum e dos direitos consuetudinários dos trabalhadores e pequenos proprietários, visando a criação extensiva de ovelhas ou o cultivo de terras aráveis com maior produtividade. Assim também nascia uma

nova concepção de propriedade privada: a propriedade, no capitalismo agrário nascente, passava a ser, além de privada, absoluta e exclusiva, ao excluir grandes contingentes de indivíduos e comunidades do acesso à terra e aos meios de produção.

7. O capitalismo industrial desenvolve-se, nos séculos XVIII e XIX (através da chamada Revolução Industrial), como consequência das modificações introduzidas pelo capitalismo agrário. O processo de acumulação primitiva do capital, no qual é fator determinante a formação do trabalhador assalariado, totalmente expropriado e apartado dos meios de produção, criara, entre os séculos XVI e XVIII na Inglaterra, um mercado unificado nacional, cada vez mais único, integrado e competitivo, ao desenvolver um crescente mercado consumidor formado por não proprietários, dependentes da compra do alimento e da vestimenta (mercado de massa). A necessidade de aumentar a produção de bens de consumo correntes e não de bens suntuários para mercado restrito convertia em capital industrial a riqueza acumulada durante a acumulação primitiva.

8. O capitalismo consolidou-se, ao longo do século XIX, como modo de produção dominante em escala mundial. A consolidação do capitalismo ocorre quando se dá a generalização da lei do valor para todos os produtos do trabalho humano, num processo de mercantilização do trabalho objetivado, estendido aos próprios agentes produtivos, também transformados em mercadorias. Nesse momento, o trabalhador passa por um processo de expropriação do seu saber-fazer e cristalização desse conhecimento em um processo mecânico e objetivo. Com a associação do trabalhador a uma máquina simples, o capital separa braços e mentes, tornando o conhecimento aplicado no processo de trabalho em algo externo aos próprios agentes produtivos. Foi preciso, então, criar um segmento de trabalhadores técnico-científicos, separado da classe trabalhadora tradicional, vinculado a um trabalho unicamente intelectual (sem nenhuma relação direta com algum trabalho manual específico), responsável unicamente pela gestão e organização do trabalho.

9. A divisão entre concepção e execução abriu a possibilidade de o trabalho intelectual tornar-se produtivo e de a ciência interferir diretamente no processo de produção, pois, com a consolidação do processo de formação do trabalhador coletivo, não é produtivo apenas o trabalho manual, mas qualquer tipo de trabalho que, de algum modo, participe do processo de valorização do capital. Mas a subsunção real do trabalhador ao capital nunca se dá de forma absoluta e tampouco se dá de forma passiva (a relação é sempre contraditória, conflituosa), bem como o trabalho manual, mesmo o mais mecânico possível, jamais é completamente desprovido de subjetividade.

10. Com o uso da maquinaria, o trabalho torna-se objetivamente abstrato. Isto porque somente por meio da troca de mercadorias o trabalho individual que as produziu se torna social: as mercadorias só têm um caráter objetivo como valores na medida em que são todas expressões de uma substância social idêntica: o trabalho humano. O caráter objetivo da mercadoria (o valor) é, portanto, puramente social. O trabalho abstrato é, então, a propriedade adquirida pelo trabalho humano quando dirigido para a produção de mercadorias.

11. O capital não é uma coisa, mas uma relação social de exploração. No capitalismo desenvolvido, a tecnologia apresenta-se como um método de extração de mais valia relativa, pois a introdução das máquinas e o uso da ciência para o desenvolvimento de novas tecnologias e sistemas de organização da produção propiciam o aumento progressivo e vertiginoso da produtividade sem a necessidade de obtenção de maior produção por meios meramente coercitivos ou com a extensão da jornada de trabalho (mais valia absoluta).

12. A maquinaria e as técnicas de gerenciamento a serviço do capital, ao provocarem a desvalorização da força de trabalho, têm como finalidade primordial a diminuição da quantidade de trabalho necessário para a produção de mercadorias, principalmente da

mercadoria mais importante do capitalismo: a força de trabalho. Até porque o desenvolvimento das forças produtivas, nesses moldes, embute a aplicação de novas formas de dominação dos agentes produtivos, na intenção de capturar a subjetividade operária para o processo hegemônico do capital. Marx já afirmava na *Miséria da Filosofia*: “a partir de 1825, quase todas as invenções foram o resultado de conflitos entre operários e patrões, que tratavam, a todo custo, de depreciar a especialidade dos operários. Depois de cada greve, ainda que fosse de pouca importância, surgia uma nova máquina”.

II – Capitalismo monopolista e imperialismo

13. O período compreendido entre meados da década de 1840 e 1873 (ano que assinalou o início da Grande Depressão na Europa) ficou conhecido como a era de ouro do capitalismo de livre concorrência. Foram anos que se caracterizaram pela rápida expansão econômica em toda a Europa. Mas justamente quando o capitalismo de livre concorrência parecia atravessar a sua fase de maior esplendor, as forças que levariam à concentração de capital, como previra Marx, começaram a produzir os seus efeitos. Os aperfeiçoamentos tecnológicos foram de tal monta que somente as fábricas de grande porte puderam tirar proveito dos novos e mais eficientes métodos de produção.

14. A concorrência tornou-se tão agressiva e destrutiva que, em pouco tempo, as empresas menores foram eliminadas. Os concorrentes mais poderosos, em vias de se destruírem uns aos outros, frequentemente optavam por se associar, formando cartéis, trustes ou fundindo-se para assegurar a sua sobrevivência. A sociedade anônima por ações ou corporação converteu-se num recurso eficaz que possibilitava a uma única organização financeira assumir controle sobre vultosas quantidades de capital. Desenvolveu-se, na Europa e nos Estados Unidos, um vasto e bem organizado mercado de capitais, que centralizava, para as grandes corporações, as pequenas poupanças em capital de milhares de indivíduos e de pequenos empresários.

15. Em fins do século XIX, no mundo dominado pelas gigantescas corporações que produziam em massa artigos destinados aos mercados nacionais ou mundiais, a concorrência de preços teve consequências tão devastadoras que as próprias corporações acabaram renunciando a ela. Configurou-se uma tendência inexorável à formação de um poder monopolista exercido por algumas poucas corporações. Várias grandes empresas se associaram voluntariamente, formando cartéis ou *pools*, por exemplo, preservando, ao mesmo tempo, uma relativa autonomia de ação. Outras formas de associação utilizavam uma empresa financeira – um truste ou uma companhia (*holding*) para controlar as ações com direito a voto das corporações participantes. Havia ainda a alternativa da fusão ou amálgama de várias empresas, formando uma única corporação unificada.

16. Tal processo de concentração de capitais ocorreu tanto nas empresas industriais quanto nos bancos, provocando a substituição da grande quantidade de pequenas casas bancárias por um pequeno número de grandes bancos, forçando, ainda, que o capital industrial buscasse a associação com o capital bancário, pela necessidade de créditos e visando a formação das sociedades anônimas por ações. Forjou-se, assim, o capital financeiro, que passava a influir diretamente na vida das empresas, comprando e vendendo ações, promovendo fusões e associações entre os grupos empresariais e influenciando, junto aos Estados, nas diretrizes das políticas econômicas adotadas.

17. A revolução tecnológica, promovendo grandes mudanças na velocidade e no ordenamento da produção, foi responsável por permitir, com a utilização de novas técnicas e novas fontes de energia, o desenvolvimento da indústria pesada e de bens de consumo duráveis. Tais mudanças vieram acompanhadas de uma tentativa sistemática de se racionalizar a produção e, conseqüentemente, aumentar a produtividade, para o que as empresas passavam a adotar

métodos científicos na organização do trabalho dentro da fábrica, como o taylorismo e o fordismo.

18. Estes métodos visavam, acima de tudo, o maior controle dos patrões sobre a mão de obra operária, tendo se constituído em novas formas de dominação burguesa sobre o operariado dentro da fábrica, ao interferir diretamente no tempo de trabalho e na forma de organização da produção. Buscava-se, assim, quebrar a resistência dos trabalhadores à exploração do capital, minando a solidariedade entre eles, através da imposição de um ritmo feérico de trabalho e da competitividade como norma entre os próprios operários. As mudanças introduzidas por Taylor e Ford, simbolizadas, respectivamente, no cronômetro e na esteira rolante, não foram meras inovações tecnológicas, mas verdadeiras revoluções de ordem administrativa e gerencial, pois colocaram a ciência da administração a serviço não apenas do aumento da produção e da produtividade, mas, fundamentalmente, do poder dos capitalistas, constituindo o despotismo de fábrica.

19. Outra característica fundamental deste processo histórico foi a maior participação dos Estados, hegemônicos por grupos empresariais, grandes proprietários de terras e banqueiros, na vida econômica das nações capitalistas desenvolvidas, abandonando-se, gradativamente, a tradicional política de *laissez-faire* predominante na fase concorrencial do capitalismo. Em sua nova fase de desenvolvimento, o capitalismo exigia que os Estados adotassem medidas para facilitar sua expansão, através de políticas protecionistas e de investimento na indústria pesada e bélica, com vistas a favorecer a exportação de produtos e capitais, além de garantir a presença dos grandes conglomerados em várias áreas do globo, em meio à acirrada disputa imperialista que se estabeleceu entre as potências industriais.

20. Todo este conjunto de novas situações, em que se destacam a forte concentração de capitais, a crescente capacidade produtiva das empresas, devido às inovações tecnológicas, o acirramento da luta de classes, com o fortalecimento do movimento operário na segunda metade de século XIX, provocou a necessidade imperiosa de conquista de territórios que representassem novos mercados consumidores dos produtos industrializados, ao mesmo tempo em que se caracterizavam como fornecedores de matérias-primas e mão de obra barata ou semiescrava.

21. Para Lênin, configurava-se um novo patamar histórico, uma mudança qualitativa no capitalismo até então existente. O imperialismo não envolvia apenas a partilha do mundo, mas uma nova articulação entre ciência e processo produtivo, o aumento das exportações de capitais, uma nova correlação de forças entre a classe trabalhadora dos países imperialistas e as respectivas burguesias, novas relações entre capital financeiro e Estado. A concentração ampliada de capitais alterava qualitativamente as relações sociais, impondo novas e mais perversas formas econômicas, sociais, políticas e ideológicas – de caráter mundial. A tendência à monopolização expressava que, para manter-se como forma de acumulação ampliada, o capital precisava efetuar significativas e efetivas transformações no conjunto da vida social, implicando em novos desafios para a luta de classes.

22. O processo de aprofundamento e alargamento das relações capitalistas no mundo veio acompanhado de outro, igualmente drástico, para as populações: o das sucessivas crises de superprodução, que passavam, a contar da década de 1870, a fazer parte da realidade econômica dos países capitalistas desenvolvidos, cujas consequências atuavam no sentido de contribuir, sensivelmente, para a promoção de alterações profundas na estrutura das sociedades burguesas. A partir da consolidação do capitalismo na sua fase imperialista, percebem-se as crises econômicas como muito mais prolongadas, ao contrário do que se podia sentir nas crises anteriores à transição para o capitalismo monopolista, as quais teriam se caracterizado por serem explosivas e menos duradouras, causadas, principalmente, por

más colheitas e ausência de produtos no mercado, provocando fome, miséria e revoltas sociais de vulto, a canalizar o descontentamento imediato das massas.

23. A possibilidade de crise no capitalismo nasce da produção desordenada e do fato pelo qual a extensão do consumo, pressuposição necessária da acumulação capitalista, entra em contradição com outra condição, a da realização do lucro, já que a ampliação do consumo de massas exigiria aumento de salários, o que provocaria redução da taxa de mais valia. Tal contradição insanável faz com que o capital busque compensá-la através da expansão do campo externo da produção, isto é, da ampliação constante do mercado. Quanto mais a força produtiva se desenvolve, tanto mais entra em antagonismo com a estreita base da qual dependem as relações de consumo. Portanto, a crise periódica é inerente ao capitalismo, pois somente pode ser resultante das condições específicas criadas pelo próprio sistema.

24. Segundo a teoria exposta originalmente por Marx no Livro III de *O Capital*, quanto mais se desenvolve o capitalismo, mais decresce a taxa média de lucro do capital. Esta ideia fundamenta-se no fato de que o processo de acumulação capitalista leva, necessariamente, ao aumento da composição orgânica do capital, a qual é apontada como sendo a relação existente entre o capital constante (o valor da quantidade de trabalho social utilizado na produção dos meios de produção, matérias-primas e ferramentas de trabalho, ou seja, o “trabalho morto” representado, basicamente, pelas máquinas e pelos insumos necessários à produção) e o capital variável (valor invertido na reprodução da força de trabalho, o “trabalho vivo” dos operários). O processo de acumulação resulta na tendência à substituição do “trabalho vivo”, a única fonte de valor, por “trabalho morto”, que não incorpora às mercadorias nova quantidade de valor, mas apenas transmite às mesmas a quantidade de valor já incorporada nos meios de produção.

25. Tal situação é decorrente da própria concorrência inerente ao sistema capitalista, a qual obriga os capitalistas a buscar superar seus rivais através do investimento em meios de produção tecnologicamente mais avançados, para reduzir os custos da produção, além de tentar economizar ao máximo na parcela relativa ao capital variável, em função do acirramento dos conflitos provocados pela luta de classes e pelo fortalecimento do movimento operário. A queda da taxa de lucro, portanto, é resultado, em última instância, da tendência à substituição do “trabalho vivo” por “trabalho morto”, fazendo reduzir a fonte de mais valia, o que acaba por originar uma superacumulação de capital e de mercadorias, ao mesmo tempo em que promove uma restrição na capacidade de consumo da sociedade, por causa do desemprego que desencadeia.

26. Com o desenvolvimento pleno do capitalismo, cresce a interdependência internacional dos processos econômicos nacionais, situação que se reflete no caráter das crises, fazendo da crise capitalista um fenômeno mundial. Na fase imperialista, o poder industrial separa-se da fábrica e centraliza-se num truste, num monopólio, num banco, ou na burocracia de Estado, sendo ultrapassada a fase liberal na qual o proprietário era, ao mesmo tempo, empreendedor, gerenciando uma propriedade individual ou familiar. A concorrência clássica da época da “mão invisível do mercado” foi substituída pela concorrência entre oligopólios, empresas múltiplas comandadas por gerências que trocaram a gestão empirista e intuitiva do capitalismo liberal pelo planejamento estratégico. Ao contrário do que parte da esquerda imaginou à época, a planificação gerencial das empresas não significou um passo na direção do socialismo, pois a competição não deixou de existir, apenas tendo se transferido para novos patamares, assim como o planejamento oligopolista não alterou a estrutura da sociedade, mas contribuiu para o processo de renovação e ampliação da hegemonia burguesa.

III – O capitalismo contemporâneo

27. As tendências verificadas na passagem para o imperialismo aprofundaram-se durante a primeira metade do século XX, sendo responsáveis pela eclosão de duas guerras mundiais, entremeadas pela grande crise econômica de 1929 e a ascensão do nazifascismo. Uma nova ordem econômica mundial foi erigida, no mundo capitalista, após a Segunda Grande Guerra, muito em função do surgimento de um poderoso bloco socialista capitaneado pela União Soviética. A Conferência de Bretton Woods, realizada nos EUA em 1944, estabelecia as bases da economia capitalista contemporânea, com a definição das regras do sistema monetário e financeiro internacional capitalista ao fim do conflito, visando impedir o excesso de moeda circulante e a inflação (conforme a ortodoxia liberal, o excesso de dinheiro circulando no mercado e altos salários dos trabalhadores eram apontados como principais causadores da inflação e das crises econômicas).

28. A conjuntura do pós-guerra apontava para o poderio inquestionável dos Estados Unidos, que saíam da guerra como a grande potência econômica, financeira, política e militar, liderando o bloco capitalista e iniciando a Guerra Fria contra a União Soviética e o bloco socialista. O dólar foi definido como moeda padrão internacional, e o Plano Marshall, encabeçando a ajuda estadunidense aos países capitalistas destruídos pela guerra, politizava as relações entre as nações: à medida que crescia a participação dos EUA na defesa do chamado “mundo livre” (capitalista), os gastos militares desse país passaram a representar o maior movimento de capitais para o exterior. A criação do BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, o Banco Mundial), do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do GATT (atual Organização Mundial do Comércio) cumpria o objetivo de administrar um sistema no qual o desenvolvimento econômico mundial passava a depender em larga medida da aceitação das condições impostas pelos Estados Unidos.

29. A nova conjuntura internacional enterrava definitivamente a antiga ordem imperial baseada na colonização direta. O “novo imperialismo” implicou que cada vez mais regiões do globo se tornassem dependentes do mercado, fato que permitiria à nova potência imperial capitalista (EUA) penetrar muito além do alcance da conquista militar e do domínio político direto. O capitalismo, que sempre foi capaz de gerar novas e crescentes necessidades de expansão permanente, demonstrava também ser capaz de produzir outra forma de dominação, diferente de qualquer uma que tenha existido no passado: a dominação não mais exclusivamente dependente do controle político e militar direto, mas realizada através de imperativos econômicos e da subordinação ao mercado, manipulado em benefício do capital imperialista.

30. Novos métodos de sujeição foram desenvolvidos, permitindo às principais potências capitalistas e aos Estados Unidos, em particular, direcionarem os Estados a agirem em benefício do grande capital, sem a necessidade de, a todo momento, exercer o domínio militar direto. Ilustração significativa desta mudança foi a emergência da Alemanha e do Japão após a guerra, com a ajuda de seus antigos adversários, como os maiores competidores econômicos dos EUA, numa relação contraditória de concorrência e cooperação.

31. Nos anos seguintes à guerra, os Estados Unidos e as principais economias capitalistas viveram um longo *boom* econômico. Em tais condições, havia interesse real no desenvolvimento das economias nacionais, tendo em vista que isso significava a expansão dos mercados consumidores. Tal situação favoreceu a emergência do *Welfare State* (Estado de Bem Estar Social), caracterizado pela aplicação, pelos Estados europeus, de um conjunto de medidas e leis de proteção aos trabalhadores a partir de 1945. Em países como Inglaterra, França, Suécia, Alemanha e outros, o Estado passou a ser responsável pela previdência social, pela assistência médica universal, estabelecendo, ainda, seguros sociais que garantiam o amparo à velhice, à invalidez, à maternidade e aos desempregados. Além disso, o Estado

passava a controlar os setores estratégicos da economia (energia, comunicações, transportes, serviços públicos, etc).

32. A emergência do *Welfare State* foi consequência de uma série de fatores conjugados, para além da conjuntura de crescimento econômico após a Segunda Grande Guerra: a conquista de direitos sociais e trabalhistas pelo movimento operário europeu, após mais de um século de embates; o receio de novas crises econômicas após o *crack* da Bolsa de Nova York, em 1929; a experiência keynesiana anterior nos Estados Unidos, com o *New Deal*, durante o governo Roosevelt; a ascensão ao poder de partidos socialdemocratas, trabalhistas ou socialistas; o fortalecimento dos partidos comunistas após a guerra, graças à participação destacada na resistência ao nazifascismo em seus países e ao prestígio conquistado pela União Soviética em função de sua decisiva atuação para a derrota da Alemanha nazista e para a libertação dos territórios sob domínio alemão; a pressão político-ideológica exercida pelo bloco socialista.

33. Os primeiros sintomas de uma nova crise capitalista de grandes proporções, porém, foram sentidos na década de 1960, quando o passivo externo, isto é, o dólar circulante fora dos Estados Unidos, era exatamente igual às reservas norte-americanas em ouro. Se todo mundo chegasse com dólar e exigisse do governo dos EUA a troca por ouro, as reservas cairiam a zero. Daí para a frente, o distanciamento entre o passivo externo e o ouro nos EUA só tendeu a aumentar. A conjuntura internacional era marcada pela crescente recuperação das economias europeias e do Japão, resultando na maior concorrência das empresas destes países com as norte-americanas, acompanhada de um processo acirrado de lutas de libertação nacionais na África e na Ásia (1958/1963) e da expansão da Guerra Fria. A participação direta dos EUA em conflitos regionais, como as Guerras da Coreia e do Vietnam, aprofundou os gastos militares e a corrida armamentista. Daí que a crise do petróleo, em 1973, tenha sido apenas a gota d'água de um processo de crise econômica já há tempos anunciado.

34. O *boom* econômico terminava nos anos 1970, em grande parte porque a competição entre as grandes potências capitalistas produzia uma crise de superprodução e queda de lucros. Começava um novo movimento descendente na economia capitalista globalizada. Paralelamente, a crise política vivenciada nos anos 1980 pelos países socialistas do Leste Europeu e, com maior dramaticidade, pela União Soviética da era Gorbachev, possibilitou a ofensiva do grande capital na fase neoliberal, marcada também pela ascensão ao poder de grupos de direita, por meio das eleições, em diversos países ocidentais (Margaret Thatcher, 1979, Inglaterra; Ronald Reagan, 1980, EUA; Helmut Kohl, 1982, Alemanha; Schluter, 1983, Dinamarca).

35. As metas supremas dos governos neoliberais passavam a ser a estabilidade monetária; a contenção dos gastos com o bem estar social; a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, o aumento do exército de reserva de mão de obra, para reduzir salários e quebrar o poder de pressão dos sindicatos; as reformas fiscais para incentivar agentes econômicos; a redução dos impostos cobrados aos mais ricos e às grandes fortunas (setor dinâmico da sociedade capitalista). Segundo este receituário, uma nova e “saudável desigualdade” deveria ser estimulada para voltar a dinamizar as economias avançadas.

36. Dentre as principais políticas adotadas pelos governos neoliberais estavam os programas de privatizações de empresas estatais nos setores estratégicos e de serviços públicos, favorecendo o avanço dos processos de oligopolização e monopolização do capital. O desmonte do Estado de Bem Estar se deu através do corte nos gastos sociais e da mercantilização dos direitos sociais duramente conquistados pelos trabalhadores, os quais foram convertidos em bens ou serviços adquiríveis no mercado (saúde, educação, seguridade social transformam-se em mercadorias). A ideologia dominante promove a exaltação do mercado: competir é a regra; cidadania vira sinônimo de possibilidade de acesso ao consumo dos bens no mercado.

37. Desenvolvem-se novas formas de dominação dos trabalhadores, associadas à crescente deterioração e precarização dos direitos trabalhistas, com a necessária depreciação do valor de uso da mais importante das mercadorias no sistema capitalista: a força de trabalho. O aumento do desemprego industrial nos países de capitalismo desenvolvido, a adoção de novas técnicas de gerenciamento da produção e de controle da força de trabalho, sob a égide do toyotismo, os processos de terceirização e fragmentação das unidades produtivas (a chamada reestruturação produtiva), a expropriação do contrato de trabalho e dos direitos sociais, como forma de tornar o emprego descartável e a mão de obra plenamente disponível para o capital, tudo isso contribui para a perda do sentido de classe e da capacidade de organização e de resistência à exploração por parte dos trabalhadores.

38. O toyotismo é um modo de organização da produção capitalista que, surgido no Japão do pós-guerra, adquiriu projeção global a partir da crise capitalista da década de 1970. Em função do mercado consumidor restrito, da escassez de capital e matéria prima, além da grande disponibilidade de mão de obra não especializada, no Japão não era possível adotar a solução fordista de produção em massa. O aumento da produtividade da indústria japonesa foi então conquistada através da fabricação de menores quantidades de variados modelos de produtos voltados para o mercado externo, utilizando o sistema *just in time*, visando minimizar a elevação de estoques, ao buscar produzir um bem no exato momento em que é demandado.

39. O toyotismo passa a adotar um processo de multifuncionalização da mão de obra operária, implantando sistemas de *controle de qualidade* total dos produtos, através do qual todos os trabalhadores são obrigados a exercer o controle de qualidade em todos os pontos do processo produtivo. Com isso, sob o argumento da eliminação de “desperdícios”, promove-se a intensificação da exploração da força de trabalho, pois cada operário opera várias máquinas ao mesmo tempo e ocupa-se por mais tempo de suas funções, às quais são agregadas tarefas de controle de qualidade, manutenção dos equipamentos e limpeza do local de trabalho.

40. Uma das principais teses propagadas pelas correntes neoliberais é a de que a chamada globalização contemporânea, além de caracterizar uma nova época histórica marcada pelo triunfo final do capitalismo, o que teria fechado as portas para outras alternativas políticas e sociais, promoveria uma crescente unidade e integração do capital internacional. A transnacionalização do capital significaria não a intensificação da concorrência, mas, ao contrário, o declínio da competição entre os grandes capitalistas e a interpenetração dos capitais de origens nacionais, por meio de uma crescente colaboração entre as empresas. Haveria, assim, uma relação inversa entre globalização e competição. Quanto mais globalmente integrado ficasse o capitalismo, menos concorrência haveria.

41. Na verdade, a globalização moderna significa justamente o contrário. Não podemos esquecer jamais que a competição é e sempre será o coração do sistema capitalista e que será sempre uma lei da concorrência que o capital busque caminhos para vencer ou evitar a competição. Sendo assim, uma das consequências da competição capitalista é o fato de que os perdedores poderão ser absorvidos pelos vencedores. Portanto, a tendência à concentração e à centralização do capital é uma das expressões da concorrência, não sua antítese. A competição envolvendo grandes corporações transnacionais intensifica-se à medida que novos e cada vez mais agressivos competidores participam da guerra pelos mercados.

42. A revolução das comunicações e a introdução da automação, que em um primeiro momento reduziu a capacidade de negociação da classe operária, possibilitaram a concentração da produção em unidades produtivas especializadas e capazes de abastecer o mercado mundial. A criação de mercados comuns e a queda de barreiras tarifárias facilitaram o fluxo de mercadorias. Teóricos anunciaram a sociedade pós-industrial e a era dos serviços. Em parte da esquerda, virou moda dizer que o tempo do trabalho se foi e seria a vez dos excluídos. Mas o proletariado não diminuiu, ao contrário, cresceu em termos mundiais.

43. O capitalismo incorporou regiões e populações inteiras à produção de mercadorias. Desorganiza a economia camponesa em diversos pontos do planeta, separando os trabalhadores dos seus meios de produção. Cerca de um bilhão e meio de trabalhadores foram incorporados à produção capitalista de mercadorias. Com novos trabalhadores e novos consumidores, o capitalismo garantiu mais um ciclo de expansão. Cento e cinquenta anos de conquistas sociais dos trabalhadores da Europa e dos EUA, o Estado de Bem Estar Social e a concorrência do bloco socialista encareceram o preço da força de trabalho. A produção manufatureira, em grande parte, migrou da Europa, dos EUA e do Japão para outras regiões – norte do México, Malásia e Indonésia, sul da China e Índia. Esse processo persiste, na busca de menores custos de reprodução da força de trabalho. Pela primeira vez, a maioria da população mundial está submetida ao processo de produção de mais valia, vivendo no assalariamento, vendendo sua força de trabalho aos detentores de meios de produção. Mais do que nunca, a contradição capital-trabalho é a principal em nosso tempo, não apenas como figura de retórica.

44. Para exercer o seu alcance global, o capitalismo precisa dos Estados nacionais para manter as condições vitais ao sucesso de suas operações, ou seja, todo um aparato legal, político, administrativo e coercitivo capaz de prover a ordem necessária à manutenção do sistema de propriedade numa situação de cada vez mais violenta desigualdade. Além disso, o capital global se beneficia do desenvolvimento desigual e da diferenciação existente nas diversas economias do mundo, que proporcionam fontes baratas de trabalho e de recursos, ao mesmo tempo em que controlam a mobilidade da mão de obra. A forma política do capitalismo global, portanto, não é um Estado global, mas um sistema global de múltiplos Estados locais.

45. No mercado globalizado, o capital necessita do Estado para manter as condições de acumulação e competitividade de várias formas, preservando a disciplina do trabalho e a ordem social em face das crescentes políticas de expropriação (de direitos, contratos, postos de trabalho, conquistas sociais, etc). Toda corporação transnacional se erige sobre uma base nacional que depende de um Estado local para manter sua viabilidade, assim como necessita que outros Estados lhe proporcionem o acesso a novos mercados e a novos contingentes de trabalhadores. Processos históricos nacionais de conquista da hegemonia na sociedade e no Estado por parte das frações burguesas locais associadas aos capitais transnacionais garantiram a efetiva expansão da ordem capitalista plenamente desenvolvida em diversos países.

46. A globalização como uma forma de imperialismo necessita da desigualdade entre as economias nacionais e regionais, pois o capital se fortalece na diferenciação da economia mundial, tendo liberdade para se deslocar com o propósito de explorar regimes de mão de obra mais barata. Ao mesmo tempo, a relação entre poder econômico e poder político, entre capital e Estado, não sendo uma relação mecânica, mas complexa e contraditória, pode ser fonte de instabilidades para o domínio do capital globalizado. As realidades locais, onde efetivamente acontecem os processos de luta de classes, a todo momento sofrem mudanças em função das contradições históricas e dos conflitos sociais, como pode ser verificado na conjuntura de amplos movimentos de massas e ascensão de governos de corte popular nos últimos anos na América Latina, assim como em explosivas revoltas sociais ocorridas em países europeus.

47. Diante deste quadro de instabilidade política e social permanente, o imperialismo, com seu centro hegemônico nos Estados Unidos, buscou aplicar a doutrina da “guerra permanente”, elegendo o “terrorismo” como inimigo central a ser abatido, com o real objetivo de sustentar a hegemonia do capital global estadunidense numa economia mundial administrada por muitos e diferenciados Estados locais. A política francamente belicista foi adotada em função da necessidade de manutenção e ampliação do complexo industrial militar, único setor que não é exportado nem terceirizado nos EUA. É verdade que o complexo não está imune à crise da

indústria americana, porém, consegue polpidos lucros, com a invenção de guerras e pagamentos à vista e com altos sobrepreços.

48. Para a ação global imperialista, o funcionamento deste complexo industrial militar, por meio da demonstração de um poder militar maciço, tem fundamentalmente a pretensão de exercer um efeito intimidatório em todo o planeta, com os EUA assumindo o papel de “polícia do mundo” em favor do capital. Como o poder militar estadunidense não consegue estar em todo lugar o tempo todo, nem impor um sistema de Estados plenamente subservientes, a ação imperialista dos EUA se utiliza do efeito demonstração, atacando alvos fragilizados e previamente escolhidos, justamente por não oferecerem ameaça real imediata, como ocorre no Iraque e no Afeganistão.

IV – Capitalismo e luta de classes hoje

49. Nos últimos anos, o capitalismo tem vivido ciclos de crise e expansão cada vez mais curtos e constantes. Desde o *crash* da bolsa americana, em 1987, o capitalismo assistiu aos seguintes choques: crise imobiliária no Japão, no início dos anos 1990, seguida pela estagnação dessa economia por mais de uma década; crise asiática, em 1997, com a quebra do mercado de capitais e de câmbio e perda de dinamismo da Coreia e demais tigres asiáticos; a crise dos fundos, em 1998; crise cambial na Rússia, em 1999; crise cambial no Brasil, México e Argentina, em 2001; estouro da bolha da internet, em 2002; crise do mercado imobiliário estadunidense e crise de liquidez bancária na Europa e nos EUA. O aspecto financeiro dessas crises é reflexo da perda de dinamismo das economias da União Europeia, EUA e Japão. A crise do *subprime* em 2007 foi resultado direto da diminuição da renda do trabalhador americano e do desemprego.

50. Na esteira da crise de 1987, os mecanismos de controle dos bancos centrais se sofisticaram, bem como a coordenação entre esses bancos. Existe uma rede internacional da liquidez, da qual participam o Federal Reserve, dos EUA, o Banco Central Europeu, o Banco da Inglaterra e o Banco Central Japonês. Ao mesmo tempo, a busca por ganhos maiores trouxe um desenvolvimento constante da tecnologia financeira, com o surgimento de novos fundos, securitização, diversificação de portfólios e derivativos. A garantia da liquidez fez os detentores de riqueza assumir riscos maiores, criando um risco moral, em função do papel garantidor de última instância dos bancos centrais. Mecanismos de governança bancária e de disciplina da liquidez viraram letra morta, com a autonomia dos gestores de fundos, autonomia esta estimulada pelos grandes bancos, em busca de ganhos extras e diluição de riscos.

51. A velocidade das comunicações, casada com a desregulamentação geral dos mercados de dinheiro e ativos, favoreceu ainda mais a atuação dos detentores de riqueza por todo o planeta, intensificando a concorrência por capitais. Empresas e governos ofereceram aos aplicadores remunerações acima das taxas de inflação e de crescimento real da economia, aumentando os volumes de recursos nas mãos dos detentores de riqueza. Isso gerou uma superabundância de liquidez (dinheiro disponível para investimentos reais e financeiros), que, em consequência, levou a uma inflação de ativos. A globalização das finanças é decorrente da universalização do capital. Essa universalização nada mais é do que a universalização da extração da mais valia, da exploração da força de trabalho.

52. Importador universal, os EUA geram um imenso déficit externo, casado com um déficit fiscal de similar magnitude. Para fazer frente a estes déficits, o capitalismo estadunidense depende do endividamento do governo, das empresas e das famílias. Para sustentar esse endividamento, os EUA se tornaram os maiores importadores de capital. Vendem títulos de governo, ações, obrigações privadas, títulos de todo o tipo, empresas, tudo para sustentar o serviço das dívidas pública e privadas. A economia dos EUA é vítima do próprio expansionismo: as grandes empresas procuram outros pousos, onde o custo da reprodução da

força de trabalho é mais baixo. A revolução tecnológica elevou a composição orgânica do capital, aumentando as taxas de mais valia e reduzindo as taxas de lucro. Isso forçou a uma concentração de capital em proporções nunca vistas, com fusões e aquisições que se espalham pela produção capitalista no mundo todo. A oligopolização da economia, inclusive do comércio varejista, destruiu a pequena e média indústria dos EUA.

53. A estagnação da economia estadunidense é um fenômeno claro desde a década de 1970. Mesmo entremeadado de períodos de grande crescimento, como na segunda metade dos anos 1980 e de meados dos anos 1990, a tendência para o baixo crescimento é constante. Os EUA assistiram a migração de várias de suas indústrias – para México, China, Leste Asiático – e a desnacionalização de muitas de suas empresas. A indústria automobilística, carro chefe da economia nos EUA, enfrenta uma crise sem precedentes, com fortes prejuízos das três maiores montadoras. A infraestrutura sofre com o abandono e a falta de investimentos. O peso dos EUA no PIB global diminui ano a ano.

54. Em função da crescente expropriação dos trabalhadores e da redução de sua capacidade de compra em nível mundial, as empresas produzem mais do que os mercados em retração podem absorver. Assim, a onda sucessiva de compra e venda de papéis acaba por criar um castelo de cartas, que facilmente desmorona por não ter vínculos com a economia real, da produção. Ocorre, assim, a superacumulação de capitais e a impossibilidade de valorizá-los na esfera da produção. A crise econômica atual rapidamente se alastrou por todo o sistema capitalista e todos os países do mundo. Pelos volumes de recursos que envolve, é uma crise maior que a de 1929 e, como o capitalismo está globalizado, seja no comércio de bens e serviços, nas cadeias produtivas, no caráter mundial das grandes empresas ou na movimentação financeira, ela atinge, simultaneamente, o centro do sistema, ou seja, Estados Unidos, Europa e Japão, e impacta os chamados mercados emergentes, como China, Rússia, Índia e Brasil.

55. As primeiras respostas oferecidas pelos governos dos países centrais combinaram elementos de ajuda e de estatização de bancos e socorro a empresas de grande porte, além de baixas nas taxas de juros. A evolução da crise depende, portanto, da combinação de medidas a serem tomadas e o peso dado a cada uma delas. No momento, os sinais claros são de recessão, que poderá prolongar-se, tornando-se uma depressão, ou convergir para um período de alguns anos sem crescimento, ou seja, de estagnação, trazendo consigo o desemprego e grandes tensões sociais no centro e na periferia do capitalismo. Neste quadro, aprofunda-se a ofensiva contra os salários, direitos e garantias dos trabalhadores, assim como ganham maior expressão posturas direitistas e fascizantes, em favor de modelos francamente autoritários de exercício de poder.

56. As alternativas à crise adotadas pelos governos burgueses puseram em cheque o discurso neoliberal, pois a ajuda dada aos bancos e às empresas pelos Estados representou uma contradição em relação às principais teses do projeto que, com o real propósito de oferecer toda a liberdade aos capitais e aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pregava a saída do Estado das esferas da produção – com a privatização de empresas públicas – e do planejamento, a desregulamentação das economias, o fim dos sistemas de proteção à produção interna, a retirada dos direitos dos trabalhadores, o desmonte dos sistemas de bem estar públicos e outras medidas.

57. Até o momento, as medidas tomadas pelos Estados para salvar o grande capital da crise significaram um recuo e, em grande medida, uma desmoralização da propaganda ideológica usada para transformar em senso comum os mitos criados pelo neoliberalismo, como o mito do mercado autorregulador das relações econômicas, o mito da retirada do Estado da economia e das privatizações, o mito da desregulamentação, além do mito da credibilidade das agências de risco e do fim da história. A crise tende a ampliar o desgaste político do império

estadunidense, reforça os conflitos interimperialistas e a tendência à multipolaridade, abrindo novos espaços para a propaganda do socialismo, mesmo que os trabalhadores continuem submetidos a processos de fragmentação e precarização, que dificultam sobremaneira a sua organização.

58. O desenrolar da crise depende, fundamentalmente, da correlação de forças verificada nos embates sociais que virão. As dimensões da crise e as dificuldades de sua superação sinalizam para o acirramento da luta de classes e para a retomada do movimento de massas em caráter mundial, abrindo novas possibilidades de enfrentamento no sentido da transformação e da derrocada do sistema capitalista. Assim, cabe às forças revolucionárias lutar para que as classes trabalhadoras assumam, organizadamente, a condução e o protagonismo do processo, garantindo soluções que, ao mesmo tempo em que combatem os efeitos imediatos da crise, criem as condições para que se acumule, na contestação da ordem burguesa, na defesa de seus direitos e na obtenção de novas conquistas, na organização e na consciência dos trabalhadores, a força necessária para assumir a direção política da sociedade no caminho da superação revolucionária do capitalismo. Mais do que nunca, está na ordem do dia a questão do socialismo.

59. Os processos atuais que conduzem grandes contingentes populacionais, em escala mundial, a serem colocados na condição de força de trabalho plenamente disponível e livre para o capital evidenciam a criação de formas renovadas de expropriação capazes de destruir laços sociais e ordenamentos jurídicos que, ao longo da história de lutas dos trabalhadores contra os imperativos do capitalismo, funcionaram como freios à ação do capital frente à força de trabalho. Para que seja possível a produção constante de valor, a expropriação precisa ser incessante e ampliada. Ao lado de persistir a expropriação original, ou seja, aquela exercida sobre o campesinato, tendo em vista ainda subsistirem grandes massas de trabalhadores rurais a se tornarem assalariadas (na China, Índia e América Latina, por exemplo), outras expropriações seguem reconduzindo grande número de trabalhadores à plena disponibilidade para o mercado de força de trabalho, através da destruição dos vários anteparos legais que, resultado histórico da luta de classes, funcionam como garantia social para impedir a venda da força de trabalho de forma ilimitada.

60. A introdução de novas tecnologias capazes de manter a cooperação dos trabalhadores no processo produtivo à revelia da fragmentação física do ambiente de trabalho, possibilitando que esta cooperação, essencial à produção de mais valia, ocorra com os trabalhadores dispersos (cuja associação real torna-se invisível), promove a expropriação da resistência que, antes, os operários ofereciam por sua proximidade no local de trabalho. Outra forma é a expropriação do contrato de trabalho, realizada através da destruição paulatina de direitos e de leis de proteção à força de trabalho, conquistados como forma de limitar a ação ofensiva do capital sobre o trabalho.

61. As expropriações contemporâneas também incidem sobre tradições e costumes culturais das massas populares, afetando diferentes formas de solidariedade de classe e de resistência à exploração; sobre conquistas sociais tais como a saúde e a educação públicas, hoje cada vez mais mercantilizadas; sobre os movimentos sociais, que sofrem renovados processos de criminalização, com o uso ainda maior da violência física aberta (estatal e paraestatal) e a supressão de direitos civis, políticos e sociais; sobre os direitos de cidadania, reduzindo as conquistas democráticas a um mero jogo eleitoral onde impera o mercado de votos e o *marketing* político, ficando de fora os grandes temas ideológicos, econômicos e sociais; sobre o meio ambiente, cujos elementos naturais, como a água, as sementes, os genes humanos, etc, viram produtos para o mercado.

62. Tais expropriações são realizadas sob a propaganda ideológica da “liberdade” de movimentos do trabalhador. Propala-se a conquista da iniciativa individual, associada à ideia,

difundida pelo “empreendedorismo”, de que cada um pode ser “patrão de si mesmo”. Tudo isso é difundido como se fosse absolutamente novo, como se não fosse da natureza mesma das relações sociais de produção impostas pelo capitalismo, desde seus primórdios, promover a separação entre trabalhadores e condições sociais de trabalho, com vistas à permanente criação de grandes contingentes de “pobres laboriosos” livres, “essa obra de arte da história moderna”, como dizia Marx. A expropriação, forma de propiciar permanente disponibilidade de força de trabalho para o capital, parece não mais existir sob a noção de “liberdade”.

63. A chamada reestruturação produtiva deve ser entendida, ao mesmo tempo, como aprofundamento da disponibilidade sem reservas do trabalho para o capital e como forma de introduzir novos métodos de disciplinamento da força de trabalho nas novas condições de exploração, os quais se impõem tanto pela violência quanto pelo convencimento. A dimensão do novo convencimento só é compreensível nesse contexto em que os imperativos do mercado obrigam às mais abjetas sujeições em troca da subsistência do trabalhador, a começar pela ameaça permanente do desemprego: a requalificação dos trabalhadores, que devem interiorizar a necessidade de uma autoempregabilidade; a instauração de formas de “parceria” ocultando relações de exploração, por meio de cooperativas, contratos temporários, formas de “voluntariado”; o trabalho doméstico e familiar em condições de dependência absoluta frente ao patronato, que não mais se apresenta de forma direta, mas indireta, através de subpatrões, em condições de concorrência extrema, etc.

64. Essas massas de trabalhadores desprovidos de direitos, não mais contidos pela disciplina despótica no interior das fábricas, seguem, entretanto, sendo educados, adestrados e disciplinados pelo capital, através dos inúmeros programas de requalificação para a “empregabilidade”, adotados por entidades e empresas sob o manto da “responsabilidade social”, em grande parte com recursos públicos. Sequer deverão perceber-se como trabalhadores, como mão de obra disponível para o capital: devem ver-se como empresários de si mesmos, livres “empreendedores” formados em cursos de empreendedorismo social, vendedores de sua “capacidade” de trabalho sob quaisquer condições, “voluntários” da sua própria necessidade. Na verdade, todas essas formas de exploração do trabalho estão, de alguma maneira, interligadas ao processo de produção de mais valia, garantindo a cooperação necessária às atividades produtivas em prol do capital.

65. Longe do suposto “fim do trabalho”, tais expropriações demonstram a importância da força de trabalho no mundo capitalista de hoje. À expropriação capitalista corresponde, no extremo oposto da mesma relação, a gigantesca concentração de recursos em mãos dos capitalistas, recursos que precisam ser constantemente valorizados e aplicados na própria exploração dos trabalhadores. A profunda transformação da base tecnológica foi extremamente útil não apenas para transferir capitais de um lado a outro, posto que, isolado, o acúmulo de dinheiro não produz mais valia, mas para, simultaneamente, fragmentar o conjunto da classe trabalhadora. A reestruturação produtiva do capitalismo contemporâneo, portanto, é parte integrante do processo imperialista, resultante da ação hoje hegemônica do capital monetário.

66. A reflexão de Marx sobre o “capital portador de juros” (Capítulo XXI do Livro III de *O Capital*) muito contribui para a compreensão do capital monetário como forma dominante no plano internacional, nos dias atuais. Trata-se de um capital que assume uma forma crescentemente social, como associação permanentemente competitiva de grandes proprietários, apesar de ter-se amplamente disseminado o mito, no capitalismo contemporâneo, da existência de atividades puramente monetárias e especulativas, sem envolvimento algum com a produção, como se fosse possível a multiplicação autônoma do capital.

67. Segundo esta visão, o trabalho vivo não mais teria qualquer função na vida social. Isto porque interessa aos proprietários e gestores do capital monetário que este se apresente como

totalmente distante dos processos de produção direta e das formas brutais de exploração da força de trabalho. No máximo, é desejável que seja identificado às formas mais científicas, às atividades de pesquisa e à produção de conhecimento, como se estas estivessem descoladas da extensa rede de divisão internacional do trabalho. Na verdade, o capital monetário está completamente envolvido com os processos de extração de mais valia e somente pode continuar existindo caso impulse sem cessar essa extração. No entanto, é apresentado como puro cálculo, como dinheiro “limpo” (capaz inclusive de lavar os recursos procedentes dos tráficos e das máfias, estes também impulsionados pelo capital monetário e ligados ao processo de concentração de capitais, ao qual se agregam as mais variadas formas de extorsão, saque ou extração de sobretrabalho), negando a existência do trabalho e dos trabalhadores concretos.

68. Na perspectiva de Marx, o capital portador de juros ou capital monetário resulta do processo histórico de concentração capitalista, através do qual os bancos passaram a cumprir uma nova função, deixando de ser meros guardadores ou emprestadores de dinheiro, para se converter em fomentadores de créditos voltados a impulsionar o processo produtivo. Constituiu-se, assim, um sistema bancário propriamente capitalista, um dos pilares da acumulação, sem que fossem eliminadas as práticas usurárias, mas subordinando-as ao papel central de fomento às atividades voltadas à extração de mais valia e à sua realização através do comércio.

69. Os bancos converteram-se, pois, em coadjuvantes da exploração capitalista. São depositários ou intermediários dos lucros dos grandes proprietários capitalistas, ao mesmo tempo em que também se tornaram proprietários de capital voltado ao investimento na produção, precisando fazer expandir frequentemente as relações sociais capitalistas. Daí que dependem inequivocamente de parte da mais valia extraída do trabalho. O excedente na sociedade capitalista é produzido com trabalho humano, trabalho vivo que alimenta os imensos volumes de capital monetário, trabalho morto. Os juros são uma parte do lucro produzido, portanto, correspondem a uma parcela da mais valia extraída pelos capitalistas diretamente envolvidos com os processos de produção de mercadorias. Os juros, por sua vez, remuneram o capital que se converte em mercadoria. Por conta disso, o proprietário de capital monetário exige crescente eficácia na extração da mais valia, em ritmos cada vez mais acelerados, de maneira a que sejam remunerados, no mais breve espaço de tempo, tanto o capital voltado à produção de mercadorias, quanto o próprio capital monetário.

70. Os detentores dessas volumosas massas de dinheiro parecem encarnar, de maneira abstrata, a própria figura do capital, pois a propriedade dos recursos sociais necessários à produção de valor afasta-se do processo imediato de produção de mercadorias. Aprofunda-se a separação entre a propriedade e a gestão dos empreendimentos. Enquanto ao capitalista diretamente ligado à produção de mercadorias cabe o papel social de extração da mais valia, ao proprietário do capital monetário cabe lidar com o capital-mercadoria, o qual, por meio dos empréstimos e dos financiamentos, converte-se em capital para a produção. Esta separação implica na existência de tensões e conflitos entre as frações proprietárias, a fazer parte da luta de hegemonia pela condução do processo social de manutenção e reprodução do capitalismo, mas não obscurece o fato de que tais frações da classe burguesa operam a partir da mesma base social, isto é, dependem da exploração do trabalho humano para obterem seus lucros.

71. A crescente concentração do capital monetário favorece o intenso movimento especulativo, que passa a integrar a dinâmica da expansão do capital, gerando um capital fictício através da multiplicação de papéis e títulos sem correspondência real com os capitais aos quais supostamente remetem, aqueles respaldados efetivamente no processo de produção. O descompasso entre o capital fictício e o capital lastreado na produção de valor vem fomentando as recorrentes crises capitalistas da atualidade, o que só faz ratificar a necessidade imperiosa da extração de mais valia e da socialização do trabalho para a existência e reprodução

ampliada do capital. O crescimento mesmo das atividades especulativas decorrentes do predomínio do capital monetário na fase atual do capitalismo indica, de fato, que a base social da acumulação capitalista permanece fundamental, pois a concentração desses capitais só fez aprofundar a exigência de valorização de tais massas de recursos sob todas as formas de exploração da força de trabalho, incentivando a generalização das expropriações, com vistas à disponibilidade sem reservas de trabalhadores para o capital.

72. O predomínio atual do capital monetário (ou capital financeiro, nos termos de Lênin) não significa, portanto, a redução da extração de mais valia. Ao contrário, a existência de massas concentradas de capital monetário impulsiona e exige a intensificação da concorrência, sobretudo entre os trabalhadores, mas também entre os capitalistas que, ligados diretamente à produção, controlam parcelas desiguais de capitais. Todo o processo recente de reestruturação produtiva só faz confirmar, com os inúmeros exemplos de fragmentação da classe trabalhadora e pulverização das unidades empresariais, que a concentração de propriedade estimula e impõe a concorrência entre gestores do capital e entre os trabalhadores como necessidade imperiosa para a reprodução do capitalismo.

73. A exacerbada concorrência entre capitalistas não elimina o fato de haver profunda unidade entre eles no que se refere aos mecanismos de expropriação da classe trabalhadora. No capitalismo globalizado, a burguesia demonstra estar integrada mundialmente, com o capital cada vez mais concentrado em grandes conglomerados internacionais ramificados em todas as regiões do planeta, para o que cumpre papel preponderante o capital monetário, como proprietário de imensas massas de recursos destinadas a financiar atividades dispersas, sob as mais variadas espécies de “empreendedorismos”. Mas não existe nada parecido com uma economia mundial unificada e regida por uma organização global da ordem sintonizada conforme os desejos do capital. Vive-se em um mundo de desenvolvimento desigual, com enormes disparidades de preços, salários e condições de trabalho.

74. Isso nos leva a algumas reflexões, fundamentais para quem deseja avançar na luta contra o capitalismo, a partir da identificação mais precisa das condições sociais objetivas nas quais se dá a luta de classes na conjuntura histórica do momento. Em primeiro lugar, reafirma-se categoricamente a contradição entre capital e trabalho como a contradição fundamental a exigir, como tarefa central dos comunistas, a organização da classe trabalhadora na luta contra o sistema capitalista. A luta central, pois, é entre classes, não entre países. Desaparece, dessa forma, a possibilidade de eclosão de revoluções de caráter “nacional libertador”, ou seja, de alianças entre a classe trabalhadora e a burguesia nacional, em países periféricos, para o enfrentamento aos países centrais imperialistas. Sem mais tergiversação, coloca-se na ordem do dia a estratégia revolucionária de luta pelo socialismo.

75. Em segundo lugar, se as mutações sofridas pela classe trabalhadora no quadro do redimensionamento global do capitalismo contemporâneo acarretaram alterações muito expressivas no conjunto do proletariado, fazendo com que, nos dias atuais, ela difira bastante do proletariado industrial identificado como sujeito revolucionário do *Manifesto Comunista*, é ainda esse contingente humano de trabalhadores capaz de prosseguir, no processo de luta de classes, o protagonismo que o texto de 1848 reconhecia ser próprio do proletariado, buscando alcançar a construção de uma sociedade radicalmente democrática e socialista.

V - Capitalismo no Brasil

76. O Brasil realizou seu processo de industrialização num período muito rápido, muito embora bastante atrasado em relação aos países centrais. Após algumas experiências incompletas anteriores, o primeiro grande ciclo da industrialização brasileira começou na década de 1930, amadureceu na década de 1950 e se esgotou em 1980.

77. Somente com a revolução de 1930, o país passou a se estruturar no sentido da construção do capitalismo industrial. A ascensão política de Vargas, representando a facção de grandes proprietários voltados a produzir para o mercado interno, associada à emergente burguesia industrial, foi responsável, centralmente, pelo fim do monopólio de poder exercido pelo latifúndio agroexportador, mas promoveu a conciliação entre a velha ordem e a nova ordem industrial. Tanto que não realizou a reforma agrária, deixando intocadas as terras dos latifundiários, fato que até hoje faz o país pagar um enorme tributo em termos de desigualdade social, violência e miséria no campo e nas grandes cidades. Além disso, a industrialização brasileira constituiu-se muito tardiamente, cerca de dois séculos após a revolução burguesa na Inglaterra e um século após a revolução industrial. Ao constituir-se, internalizou a estrutura da segunda revolução industrial, queimando assim algumas etapas do capitalismo clássico. Ou seja, emergiu no período do capitalismo monopolista, reproduzindo internamente as características dessa etapa do capitalismo.

78. A industrialização brasileira foi realizada mediante o tripé capital privado nacional, capital privado internacional e capital estatal, ressaltando-se que, até o final da década de 1980, o Estado brasileiro teve participação decisiva no processo de industrialização, sendo responsável pela construção da infraestrutura (estradas, portos, hidroelétricas, telecomunicações, siderurgia, entre outros) e por um conjunto de empresas públicas, inclusive no setor financeiro, que representavam quase a metade do Produto Interno Bruto.

79. Em função de que a passagem para o capitalismo no Brasil ocorreu por meio de transformações que não promoveram a ruptura com o poder do latifúndio, mantendo-se, sem alterações profundas, inúmeras das estruturas econômicas, sociais e políticas da velha ordem, o capitalismo tardio não viabilizou a formação no país de uma burguesia com um projeto autônomo de nação. Na verdade, a burguesia não teve interesse em se estabelecer enquanto classe nacional, nem mesmo com o auxílio de seus antagonistas históricos, que advogavam uma revolução nacional democrática. Os setores burgueses estruturaram-se de maneira subordinada aos centros internacionais do capital, orbitaram em torno de sua lógica e cumpriram internamente a tarefa de linha auxiliar do capital internacionalizado.

80. Sob Vargas, no início da década de 1950, o processo de industrialização avançou com um caráter marcadamente nacionalista, mas numa situação internacional adversa, em que os Estados Unidos já tinham se transformado em nação hegemônica. Estimuladas e fortalecidas internamente, as classes dominantes ligadas ao imperialismo estadunidense conseguiram realizar um cerco ao governo, levando o presidente ao suicídio. A comoção popular decorrente deste ato dramático foi um dos elementos que contribuíram para o recuo desses setores, abrindo espaço para a construção do Plano de Metas no governo de Juscelino Kubistchek, um projeto com forte participação do capital estrangeiro e que transformou o Brasil em nação industrial.

81. Estas transformações modificaram profundamente a estrutura socioeconômica do país: o Brasil passou da condição de nação agrária para nação industrial e transformou-se num país marcadamente urbano, bastando dizer que, em 1930, mais de 70% da população viviam no campo, enquanto, no final do ciclo, em 1980, invertia-se essa variável, registrando-se uma taxa de mais de 70% da população residindo nas cidades, o que significou uma mobilidade demográfica extraordinária realizada em tão pouco tempo. Em outras palavras, o Brasil cumpriu em meio século tarefas que outras nações levaram séculos para implementar.

82. Cresceram a indústria de capital nacional privado, em especial nos ramos metal-mecânicos, e a indústria de bens de produção, mantida pelo Estado, também responsável pelos investimentos em infraestrutura, o que acabaria por beneficiar o conjunto da estrutura industrial, estimulando o pleno desenvolvimento do capitalismo. Tal equilíbrio de interesses, controlado pelo Estado a fim de evitar ao máximo a irrupção de tensões no interior da classe

dominante, perdurou enquanto não afluíram, de forma mais nítida, os conflitos resultantes do processo de oligopolização da economia, inevitável no modelo de modernização adotado, em que a superioridade tecnológica e de capitais das empresas multinacionais, incitada pelo Estado, criou um descompasso no ritmo de crescimento verificado entre os setores industriais e vedou a possibilidade de expansão das empresas de menor porte.

83. Nos anos 1950, a burguesia industrial associada ao capital externo foi projetada a uma posição de destaque dentre as demais frações da classe dominante que compunham o Estado no chamado “pacto populista”, até então mantido com base no equilíbrio entre elas. Os empresários da indústria passaram a atuar de forma mais autônoma frente à estrutura corporativa estatal, afastando-se também de projetos nacionalistas que, de um lado, rejeitassem ou limitassem a presença do capital estrangeiro no país e, de outro, favorecessem ou não impedissem a mobilização das massas proletárias.

84. A partir do final do Plano de Metas, estruturaram-se dois projetos distintos para a sociedade brasileira: as reformas de base e o projeto dos setores ligados ao capital internacional. Ao longo dos primeiros quatro anos da década de 1960, o Brasil viveu o seu momento de maior polarização da sociedade, com enorme politização dos setores populares. O projeto das reformas de base, com apoio de parte significativa da classe trabalhadora, especialmente aquela organizada em sindicatos e associações, foi derrotado pelo golpe civil-militar de 1964, patrocinado pelas classes dominantes, por setores conservadores da Igreja e pelos altos comandos das Forças Armadas, com o apoio estratégico do governo dos Estados Unidos e com a sustentação ideológica de expressivas parcelas das camadas médias urbanas.

85. O golpe de 1964 representou não apenas a maior derrota dos setores populares em toda a história do Brasil, como contribuiu para o aprofundamento da dependência em relação ao capital internacional e bloqueou definitivamente qualquer tentativa de construção de um capitalismo autossustentado sob a direção de uma burguesia nacional, com algum tipo de projeto autônomo de nação. Mesmo levando em conta o peso do Estado e das empresas públicas fortalecidas e consolidadas no período militar, o golpe de 1964 representou o fim das ilusões nacionaldesenvolvimentistas nos marcos do capitalismo.

86. O governo militar construiu um modelo econômico antipopular, estruturou o arrocho salarial como norma para a remuneração dos trabalhadores e suprimiu as liberdades democráticas. Nos momentos mais duros do regime, houve um recrudescimento da repressão e desenvolveu-se uma política de terrorismo de Estado, com prisões de milhares de lutadores, tortura e morte de centenas de ativistas e revolucionários. O modelo econômico excludente, apesar de ter resultado em altas taxas de crescimento econômico e na consolidação das empresas públicas, construiu uma economia de baixos salários, produzindo uma das distribuições de renda mais desiguais do planeta. O último governo militar (1979-1985) realizou uma política sob a orientação do FMI, cujo resultado foi a desorganização da economia e sua reestruturação voltada exclusivamente para o pagamento dos serviços da dívida externa.

87. Ao final dos anos 1980, o neoliberalismo tornara-se hegemônico entre os principais países capitalistas. No Brasil, entretanto, as políticas neoliberais não puderam ser implantadas da mesma forma como o foram em outros países. Isto porque, em primeiro lugar, a primeira metade da década de 1980 foi marcada pela desagregação política e econômica da ditadura. Portanto, os militares, mesmo impondo uma política monetarista, não tinham força suficiente para implantar o neoliberalismo ao estilo clássico. Segundo, os anos de 1985-89 foram marcados pelo processo de redemocratização e da Constituinte. Nesse período também não existiam condições políticas para a implementação de medidas no estilo neoliberal. Essas duas circunstâncias impediram que o neoliberalismo fosse implantado no país na década de 1980. Somente com a derrota de Lula (PT), em 1989, e a posse de Collor, o grande capital reuniu as condições para realizar a grande ofensiva neoliberal no país.

88. A crise dos anos 1990, apesar de inserida no ciclo de estagnação da economia brasileira do início da década de 1980, marca uma mudança de qualidade no processo de acumulação de capital e uma nova forma de relacionamento entre o grande capital internacional, a grande burguesia associada e o Estado. Nos anos 1990, consolidou-se, no plano internacional, o poder dos blocos de forças sociais mais ligados ao capital financeiro, principais impulsionadores da globalização financeira e da especulação mundial. A exemplo do que ocorreu nos países centrais, no Brasil também houve uma recomposição das alianças entre frações das classes dominantes, cuja expressão política foi o governo Fernando Henrique Cardoso, com continuidade no governo Lula. Trata-se de um bloco de forças sociais que, após vários anos de crise, conseguiu articular um projeto capaz de unificar a burguesia já integrada ou com grandes potencialidades de integração ao capital internacional e disciplinar eventuais setores do capital industrial prejudicados com a nova ordem.

89. Com a eleição de Lula em 2002, a novidade de seu governo, em relação ao de FHC, foi a promoção de uma articulação política que possibilitou a ascensão da grande burguesia industrial e agrária voltada para o comércio de exportação, sem que fosse quebrada a hegemonia do setor financeiro. Isto porque a política mais agressiva de exportação centrada na agroindústria, na extração mineral e nas mercadorias industriais de baixa tecnologia estimula a produção nos limites determinados pelos interesses do grande capital financeiro, cujo objetivo maior é a “caça aos dólares” e às demais moedas fortes, algo que obviamente não seria obtido através de um planejamento voltado a desenvolver o consumo popular e o mercado interno.

90. A política de aumento do superávit primário e de juros internos elevados fortalece o perfil usurário do capital financeiro, impedindo o investimento amplo na produção e limitando o plano de crescimento econômico a um modesto e instável desenvolvimento voltado para a exportação. O governo Lula é extremamente generoso para com o capital financeiro, o agronegócio e as grandes empresas industriais exportadoras, com destaque para siderúrgicas e produtoras de papel e celulose, os setores que mais lucraram nos últimos anos, favorecidos pelo baixo valor dos salários, a manutenção do salário mínimo em nível irrisório e a liberdade concedida para os ataques do capital aos direitos dos trabalhadores, permitindo o alto grau de exploração e desvalorização da força de trabalho.

91. Os anos 1990 assistiram a mudanças significativas na organização do mundo do trabalho e no perfil da classe operária no Brasil. A chamada reestruturação produtiva permitiu ao capital extrair mais valia relativa em novos patamares. Especialidades profissionais foram extintas, as novas máquinas permitiram uma redução dos contingentes envolvidos diretamente na produção, a automação provocou uma escala inédita de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto.

92. A introdução de novas máquinas e novos processos, tanto na produção direta industrial quanto nos serviços, veio em resposta a um longo período de estagnação econômica no Brasil. Diversos setores controlados pela burguesia brasileira desapareceram ou ficaram sob controle multinacional, na esteira dos novos requisitos de investimento. A necessidade de inserção no mercado internacional, de parte da burguesia brasileira, expôs o mundo do trabalho ao processo de universalização do capital, conhecida como globalização. Ocorre, a partir deste período, uma aceleração do processo de concentração de capital, alterando as condições da competição capitalista e de mobilização da força de trabalho. Essa mesma concentração de capital é acompanhada de uma desconcentração industrial, onde mais regiões elevaram o seu peso relativo na produção. As privatizações das empresas estatais se inserem neste movimento.

93. A desestruturação de determinados setores econômicos e a ascensão de outros deixaram marcas profundas no mundo do trabalho. Houve, nas regiões de concentração, redução imediata do emprego industrial e de certos serviços. A terceirização se difundiu, contribuindo

para a fragmentação da classe operária e de sua organização. A crise do taylorismo-fordismo, substituído como método de organização de trabalho pela produção flexível, foi um fenômeno que não se limitou à indústria de transformação. A hiperespecialização do trabalhador, característica da manufatura fordista, deu lugar ao trabalhador multitarefa.

94. A automação da produção gera um fenômeno contraditório, de desqualificação do trabalho, ao mesmo tempo em que eleva a exigência de qualificações formais. Se, no taylorismo, existia a separação de gerência e operação, planejamento e execução de tarefas, na nova organização do trabalho, os trabalhadores têm como tarefa a obtenção de qualidade, a conservação dos equipamentos e o controle coletivo das tarefas da produção. Os círculos de qualidade, o *kanban* e a construção de redes de informação abrem uma nova fase de cooptação e pressão ideológica no conjunto da classe operária. Como resultado desse processo, surge uma classe operária com novo perfil, mais escolarizada e com uma maior visão do conjunto da produção. Esta classe operária, dentro da nova lógica da produção, se vê como responsável pela produtividade e, portanto, mais afeita à cooptação por parte do capital.

95. As transformações dos equipamentos e dos métodos na indústria também ocorrem no setor de serviços. A meta da qualidade, uma qualidade muitas vezes falsa, se torna universal, inclusive no setor público, que passa a emular a iniciativa privada. Nos bancos, por exemplo, os empregados passam a “gerentes”, que não gerenciam nada, apenas introjetam as necessidades do capital. No campo da educação, surge um verdadeiro fetiche da informatização, vendida como a solução de todos os problemas do aprendizado.

96. Em sua primeira fase, a revolução tecnológica do capitalismo provocou demissões em massa, precarização de relações de trabalho, aumento do contingente do exército industrial de reserva. Alguns teóricos, na Europa e também no Brasil, anunciaram o fim da classe operária, ou a diminuição de seu peso histórico. Em muitos momentos, esses teóricos confundiram o ser da classe operária com a sua forma fordista e reduziram a produção de valor à indústria de transformação. Essa visão serviu de senha para que grande parte do movimento sindical abandonasse as reivindicações econômicas imediatas, relegando a um segundo plano a luta reivindicativa. Expressão disso é o “sindicalismo cidadão” da CUT.

97. Na verdade, o número de assalariados não apenas se manteve, como foi ampliado. O emprego industrial tornou-se mais difuso geograficamente e superou, largamente, a organização por categoria do sindicalismo brasileiro. A terceirização ajuda a distorcer as estatísticas do emprego industrial, situando nos serviços trabalhadores que são da indústria de transformação. Empresas terceiras assumem atividades-meio, como vigilância, limpeza e alimentação. O assalariamento se difundiu, e os assalariados são a maioria na população economicamente ativa do país, montando a cerca de 60% do total.

98. A produção de valor independe da materialidade da mercadoria, existindo inúmeros setores classificados como serviços produzindo mais valia. Nos setores de transporte, comunicações, educação e saúde, por exemplo, o processo de trabalho é a própria mercadoria. A acumulação capitalista, em seu desenvolvimento, separa constantemente a força de trabalho dos meios de produção. A concentração de capital destrói e submete as frações do pequeno capital. O profissional liberal, o lojista, o pequeno proprietário dá lugar ao assalariado, ao franqueado, ao prestador de serviços. Profissões, outrora orgulhosas de sua independência do assalariamento, como advogados e médicos, vão, agora, engordar as fileiras do proletariado. O serviço público vai sendo submetido a métodos e condições análogas à grande indústria. Introdução de conceitos da qualidade total, remuneração variável e gestão de pessoas se difundem por todo setor público.

99. No campo, o grande capital expande seus domínios, submetendo a agricultura familiar às necessidades de acumulação. A reestruturação produtiva no campo segue seu curso, com a

mecanização e introdução de novas tecnologias, métodos e recursos. A estrutura agrária brasileira vivenciou uma profunda centralização e concentração dos meios de produção, principalmente a terra, subordinando a produção agrária ao mercado capitalista e aos interesses dos grandes monopólios, seja na atividade agrária propriamente dita, seja utilizando a terra como reserva de valor. A clássica forma de exploração da renda da terra, pouco a pouco, cede lugar à típica exploração capitalista, ou seja, a extração de mais valia baseada no trabalho assalariado.

100. A forma particular pela qual a reestruturação capitalista chegou ao campo se expressa na nova política de sementes, com a implantação e a aprovação dos transgênicos, pelo crescente investimento de capital estrangeiro; pela política da bioenergia, notadamente do etanol ligado à cana de açúcar, mas também a outras culturas como a mamona; a monocultura do eucalipto e outras manifestações que implicam na mudança da matriz produtiva agrária que transita das formas tradicionais para aquilo que se convencionou chamar agronegócio, termo elegante que esconde a substância do fenômeno que é a determinação do grande capital monopolista na agricultura.

101. Disto resultou uma estrutura agrária complexa, subordinada ao monopólio capitalista da terra, e que comporta uma extensa camada de trabalhadores rurais assalariados, pequenos camponeses que subsistem da agricultura familiar, famílias camponesas subordinadas ao monopólio industrial (como no caso do fumo e do frango, por exemplo), trabalhadores rurais sem terra que formam um caótico exército industrial de reserva a serviço seja do latifúndio tradicional seja de empresas capitalistas.

102. Portanto, a chamada reestruturação produtiva não destruiu o trabalho e o assalariamento, mas implicou em mudança da organização da classe, tanto no processo de trabalho como no plano sindical e associativo. Houve um deslocamento geográfico e funcional dos trabalhadores. Contrariamente ao que afirmavam aqueles que defendiam a tese segundo a qual as mudanças ocorridas levariam a um tipo de sociedade pós-industrial ou pós-capitalista, a chamada reestruturação produtiva aprofundou e tornou mais evidente a contradição capital x trabalho.

103. Depreende-se, pois, que as dificuldades encontradas pelo movimento operário e sindical não podem se resumir a uma crise de direção, sendo, de fato, resultado do desmonte de uma forma particular de organização da classe trabalhadora. Afinal, é o capital que organiza materialmente a classe trabalhadora, ao mobilizar o trabalho abstrato e realizar o encontro da força de trabalho com os meios de produção. A crise do sindicalismo da empresa fordista reflete a crise do fordismo como forma de organização do trabalho. O modelo de parcelamento das tarefas e a concentração de grande número de trabalhadores nas unidades produtivas permitiram a organização e a mobilização em torno das reivindicações imediatas, às vezes com um alto grau de radicalização.

104. Todo esse processo traz, para o movimento sindical e a organização dos trabalhadores, novos e imensos desafios. A retomada do movimento operário, necessariamente, deverá refletir o novo perfil da classe que surge com a revolução tecnológica e com a universalização da produção capitalista. As novas formas de luta surgirão como reflexo da própria forma de organização da classe no mundo do trabalho.

105. Organizar os trabalhadores hoje dispersos em função das diferentes formas de expropriação realizadas pelo capital é o grande desafio a ser enfrentado pelos comunistas. O trabalho político de organização da classe deve ser encarado como um campo de ação permanente, dando origem a organizações permanentes, estruturadas a partir do terreno permanente e orgânico da vida econômica, mas deve ser capaz de superar o momento meramente corporativo, para atingir o instante da consciência em que o grupo social busca assumir papel hegemônico na sociedade. A luta pela derrocada do sistema capitalista deve ser

entendida também como processo resultante de intensa luta política na qual se busca produzir, por meio dos embates sociais e da ampla discussão em torno do projeto contra-hegemônico, uma nova visão de mundo a ser abraçada pela classe trabalhadora.

106. Este processo abrange a necessária passagem da consciência primária, econômico-corporativa, para a consciência política revolucionária, capaz de atuar sobre a classe dispersa e pulverizada, construindo e organizando a sua vontade coletiva. Este é o momento da hegemonia, conceito que expressa a capacidade de um grupo social unificar em torno de seu projeto político um bloco mais amplo não homogêneo, marcado por contradições de classe. O grupo ou classe que lidera este bloco revolucionário é hegemônico porque consegue ir além de seus interesses econômicos imediatos, para manter articuladas forças heterogêneas, numa ação essencialmente política, que impeça a irrupção dos contrastes secundários existentes entre elas. Logo, a hegemonia é algo que se constrói, essencialmente, por meio da direção política e do consenso.

107. Não se trata, evidentemente, de uma mera batalha no campo das ideias. Na luta hegemônica, o partido revolucionário é o organismo social responsável pela organização da ampla luta social pretendida, devendo se configurar como a célula na qual se aglomeram germes da vontade coletiva que tende a se tornar universal e total, no sentido da transformação social a ser empreendida. O papel do partido revolucionário é contribuir para a elevação da consciência de classe, superando os marcos impostos pela ideologia dominante e forjando a vontade coletiva capaz de hegemonizar o projeto político de construção da sociedade socialista.

108. Por fim, se a destrutiva lógica do capitalismo torna-se mais e mais universal, as lutas sociais existentes nos âmbitos locais, nacionais e regionais podem se transformar na base de um novo internacionalismo. Um internacionalismo que não seja calcado em alguma noção irreal e abstrata de sociedade civil ou cidadania global, mas na estruturação de uma efetiva solidariedade entre os vários movimentos de classes locais e nacionais nas lutas concretas contra a exploração promovida pelas empresas e Estados capitalistas. Se a atual crise global do capitalismo não leva ao arrefecimento das imensas contradições sociais geradas por ele, muito pelo contrário, isso permite concluir estarem dadas as condições nas quais o trabalho revolucionário de organização e construção da hegemonia proletária permitirá a derrocada final do regime que nos oprime e a construção da sociedade socialista.